

# Notas sobre crise, dependência e neoliberalismo e as controvérsias sobre o neofascismo na América Latina<sup>1</sup>

[ LEONARDO CARNUT]

Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo

leonardo.carnut@fm.usp.br

## Resumo

O objetivo deste artigo trabalho é abordar as controvérsias sobre o termo ‘neofascismo’ para entender a América Latina. Para tanto, foi realizada uma compilação, de caráter ensaístico, sobre o caminho histórico do uso/desuso da categoria ‘neofascismo’ em publicações sobre a temática que se situam no debate dos anos 1970 até 1990. O artigo está dividido em três seções. A primeira seção trata do neofascismo na América Latina como categoria de análise e suas intensas controvérsias para pensar o fenômeno a partir de suas especificidades. A segunda seção apresenta o debate de 1970-1980 sobre o período de avanço dos fechamentos dos regimes políticos, o que fez com que diversos analistas perguntassem: é ‘neofascismo’ ou ‘ditaduras militares clássicas’ o que estamos vivendo? sendo este o auge do debate da categoria neste período. A terceira seção trata das novas direções e os limites do debate sobre o neofascismo latino-americano, encaminhando-o para o declínio do uso da categoria.

Palavras-chave: Neofascismo, crise, dependência, teoria.

## Notes on crisis, dependency and neoliberalism and the controversies over neofascism in Latin America

### Abstract

The aim of this paper is to address the controversies surrounding the term ‘neofascism’ in order to understand Latin America. To this end, an essay-style compilation was made of the historical path of the use/disuse of the category ‘neofascism’ in publications on the subject that are situated in the debate from the 1970s to the 1990s. The article is divided into three sections. The first section deals with neofascism in Latin America as a category of analysis and its intense controversies in order to think about the phenomenon based on its specificities. The second section presents the debate from



<sup>1</sup> Artículo recibido: 2 de mayo de 2024. Aceptado: 29 de julio de 2024.

1970 to 1980 on the period of advancing closures of political regimes, which led several analysts to ask: is it 'neofascism' or 'classic military dictatorships' that we are experiencing? This being the peak of the debate on the category in this period. The third section deals with the new directions and the limits of the debate on Latin American neofascism, directing it towards the decline of the use of the category.

Keywords: Neofascism, crisis, dependency, theory.

## **Apuntes sobre crisis, dependencia y neoliberalismo y las controversias en torno al neofascismo en América Latina**

### Resumen

El objetivo de este artículo es abordar las controversias en torno al término "neofascismo" para entender América Latina. Para ello, se realizó una recopilación ensayística sobre el recorrido histórico del uso/desuso de la categoría 'neofascismo' en publicaciones sobre el tema que se enmarcan en el debate desde los años 1970 a 1990. El artículo se divide en tres secciones. La primera sección aborda el neofascismo en América Latina como categoría de análisis y sus intensas controversias para pensar el fenómeno a partir de sus especificidades. La segunda sección presenta el debate de 1970-1980 sobre el período de avance en el cierre de los regímenes políticos, que llevó a varios analistas a preguntarse: ¿es 'neofascismo' o 'dictaduras militares clásicas' lo que estamos viviendo? Este es el punto álgido del debate en la categoría durante este período. La tercera sección aborda los nuevos rumbos y límites del debate sobre el neofascismo latinoamericano, conduciéndolo hacia el declive del uso de la categoría.

Palabras clave: Neofascismo, crisis, dependencia, teoría.

### **Introdução**

Semelhanças e diferenças entre fascismo e neofascismo devem ser ressaltadas caso desejemos ter uma visão precisa e científica do problema. Em que pese que estes fenômenos tenham semelhanças incontestes, os tempos históricos definitivamente são outros. Contudo, se identificarmos com calma os movimentos da sociedade e suas classes – em termos de luta e dominação – há uma lógica interna que os assemelha com muita proximidade.

Mas uma preocupação ainda permanece: quais são as características que fazem do neofascismo, ocorrido na América Latina, um fenômeno particular? As categorias que devem ser revistas no âmbito da América Latina para explicar ambos – tanto o fascismo como o neofascismo – ressaltam o quanto a realidade local deve ser considerada em suas próprias contradições, e, claro, realizar esse esforço não é tarefa trivial e requer uma visão mais totalizante sobre o tema. Assim, o objetivo deste trabalho é abordar as controvérsias sobre o termo 'neofascismo' para entender a América Latina, passando pelo intenso dissenso dos anos 1970 a 1980, até chegar nos novas direções e limites que o debate ganhou nos anos 1990.

É pertinente lembrar que a discussão sobre o(s) 'neofascismo(s)' no mundo foi iniciada já no pós-Segunda Guerra Mundial (1945), e, em terras latino-americanas isso também ocorreu. Contudo, ainda que a categoria passasse a ser usada – mesmo sem precisão – isto não significava dizer que os seus usos foram sempre bem aplicados ou que sua significação nunca foi bem aceita para pensar o "novo mundo". Pelo contrário, assim como no caso do uso da categoria "fascismo", a categoria "neofascismo" foi alvo de

intensas disputas científicas e político-ideológicas que caracterizaram este período do desenvolvimento da teoria política nas décadas de 1950 a 1990.

Além disso, é fundamental recordar que o contexto latino-americano em que este debate se situou estava relacionado com as insurreições e revoluções nacionais em todo continente (quase cinquenta anos ininterruptos de luta) sendo, portanto, um momento de onde a relação entre teoria crítica e ação política andavam muito mais próximas do que outros momentos históricos. É neste caminho que se encontrará o auge e o declínio do ‘neofascismo’ como categoria usada, sempre em forte conexão com o contexto sócio-histórico vigente à época.

Para este artigo em específico<sup>2</sup>, o caminho escolhido para expor os argumentos será apresentado em três seções. A primeira seção trata do neofascismo na América Latina como categoria de análise e suas intensas controvérsias para pensar o fenômeno a partir de suas especificidades. A segunda seção apresenta o debate de 1970-1980 sobre o período de avanço dos fechamentos dos regimes políticos, o que fez com que diversos analistas perguntassem: é “neofascismo” ou “ditaduras militares clássicas” o que estamos vivendo? sendo este o auge do debate da categoria neste período. A terceira seção trata das novas direções e limites do debate sobre o neofascismo latino-americano, encaminhando-o para o declínio do uso da categoria.

## Neofascismo na América Latina

Muitas são as controvérsias sobre o termo “neofascismo” para a América Latina. Essas controvérsias datam, pelo menos, dos anos 1970 a 1980. Infelizmente, o estudo do fascismo sofreu três impactos que tiveram repercussões importantes na construção da categoria “neofascismo”, especialmente para pensar a América Latina. Um foi, e continua a ser, a má aplicação de conceitos como “autoritarismo”<sup>3</sup>, “totalitarismo”<sup>4</sup>, “populismo”<sup>5</sup> etc. para esconder identificações ideológicas (ou certos compromissos intelectuais). Como nos explica Fernandes (2015):

<sup>2</sup> Este artigo é fruto de um projeto “guarda-chuva” intitulado: “*Neofascismo y capital internacional: repercusiones de esta relación en América Latina*” que está em andamento como produto do pós-doutoramento do autor deste artigo. Agradecemos à leitura atenta e contribuições de John Holloway e Hugo Tavares.

<sup>3</sup> Autoritarismo como categoria também é um problema, pois qualquer forma de uso mais intensivo da repressão pelo Estado capitalista é vista como autoritarismo.

<sup>4</sup> Totalitarismo como categoria é um problema muito mais grave que o caso do neofascismo. É muito comum, nas análises do totalitarismo, incorrer no esvaziamento do caráter histórico e no conteúdo de classe dos movimentos de “direita” e dos trabalhadores, equiparando-os como se fossem a mesma coisa. O Caso do estudo de Larralde, por exemplo, coloca no mesmo patamar o Sistema Socialista Cubano com o de Pol Pot no Camboja, e demonstra essa imprecisão desprovida de caráter histórico: “Especificamente, é notória a ausência de campos de concentração em países que, em outros níveis, exibem regimes políticos com características claramente fascistas; é assim, exceto em alguns casos de conflitos étnicos entre nações africanas, a experiência cambojana de Pol Pot e algumas práticas vividas sob o regime fidelista em Cuba. Como se sabe, a figura do campo de concentração foi emblemática na caracterização do totalitarismo por Hannah Arendt (2004). Isso nos obriga a entender o termo “fascismo” como algo que engloba tanto regimes de natureza totalitária quanto outros aos quais é duvidoso atribuir essa identificação. No entanto, eles estão relacionados por um conjunto de características comuns, descritas a seguir, que justificam, em nossa opinião, o uso do termo “fascista” para descrevê-los” (Larralde 2009).

<sup>5</sup> Populismo também é uma categoria muito mais controversa ainda, podendo, quase tudo ser um tipo de populismo, bastando-se ter um líder popular (tanto de direita como de esquerda) que emerge com propostas orientadas “ao povo”. Para mais as críticas sobre a categoria populismo, ver Löwy (2021).

Regimes claramente fascistas podem ser descritos como “autoritários” ou mesmo como “ditaduras funcionais”, desde que se postule que eles “são frequentemente instituídos a fim de impedir a ameaça de um golpe por um movimento totalitário”, e tenham “uma feição essencialmente técnica” [i]. De outro lado, tem-se dado maior atenção sistemática à análise de tipos de fascismo de “alcance” e “significado” históricos. Espanha e Portugal, por exemplo, foram relativamente negligenciados [ii]. A consequência disso é que uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor “orquestração de massa” e um aparato de propaganda mais rudimentar, mas que se baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de totalitarismo de classe [iii], não seja bem conhecido sociologicamente. O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo (Fernandes 2015).

A clarificação acima nos permite pensar no segundo impacto. Utilizar o termo “neofascismo” ou “fascismo do século XXI” para se referir a fenômenos contemporâneos que rememoram ou reavivam práticas relacionadas com as experiências europeias dos anos 20 e 30 do século passado. Essas interpretações não podem pretender que o neofascismo seja uma mera reprodução como algumas análises muito parcializadas – seja metodologicamente ou epistemologicamente – tendem a fazer.<sup>6</sup> Essas análises – de cunho positivista<sup>7</sup> e antimarxista – tendem a usar apenas conceitos como “civilização” e “modernidade” e silenciar a palavra “capitalismo.” Fazer isso equivale a esconder a verdade. É óbvio que, com a passagem do tempo, e, com ela, importantes mudanças na cultura e nas instituições políticas do mundo ocidental desde a Segunda Guerra Mundial, qualquer movimento político que possa ser chamado de fascista ou neofascista é constrangido por uma realidade bem diferente. Mesmo tendo de enfrentar seus precursores “clássicos,” necessariamente, para sobreviver, em quaisquer regiões do mundo, o “fascismo de novo tipo” adotará formas diferentes daquelas assumidas pelo fascismo na Itália e pelo nazismo na Alemanha.

O terceiro ponto que impactou e sobrevive da interpretação do fascismo está relacionado a prevenir seu ressurgimento (os neofascismos). Essa interpretação advoga que o estudo do neofascismo atua como se fosse uma “vacina” que considera o fascismo como uma experiência histórica que pode até sobreviver, mas que deve ser encarada com uma conclusão de partida e de chegada: a condenação sumária e sem concessões ao fascismo. Essa forma de interpretar o fascismo ultrapassa a visão reducionista de apenas reconhecê-lo como um “feito da história”, e que por isso pertence apenas ao passado – o que é bastante importante –, mas que não teria importância ativa potencial

<sup>6</sup> Não estamos contra as análises que recortam os objetos – ainda que sejam de cunho positivista. O problema é a falta de reconexão de seus achados com o todo social. Isso gera um problema que é o de “reatar” o conteúdo de seus achados com a dinâmica capitalista internacional. Para pensar o neofascismo fora da Europa, e, em especial na América Latina, isso é crucial. Quando essa religação não é feita e não é lida na totalidade dos acontecimentos de um “capitalismo mundial”, o resultado é inequívoco: conclusões que obscurecem o neofascismo.

<sup>7</sup> Esses são estudos que se escudam na suposta neutralidade da ciência histórica de corte positivista, que não considera a herança que o presente recebe do passado, borrando esse tipo de visão sobre a história como processo, evitando a compreensão do presente como prolongação do passado.

para o presente – que é um efeito colateral desse tipo de interpretação. Se assim fosse, fecharíamos o debate agora mesmo, e não faria tanto sentido construir um enfoque crítico conforme estamos apresentando (Ribera 2007).

Quando se verifica a relação Estado-neofascismo na América Latina, o uso do poder político estatal (na análise marxista) serve para evitar ou impedir a transição para o socialismo. Assim, o Estado (compreendido como aparelho) tem na tecnocratização e na militarização de suas “funções normais” um apoio essencial para adesão ao fascismo. A tecnoburocracia é seu aparelho ideológico, o militarismo é seu aparelho armado. Ambos sairão à defesa da grande empresa corporativa e na salvaguarda de um sistema mundial de poder burguês (Fernandes 2015). Nos países latino-americanos, as propensões internas para o autoritarismo<sup>8</sup> facilitam a degeneração do regime em direção a um fechamento ou suspensão democrática de corte fascista. Assim, essa genética autoritária de herança colonial localiza no aparelho do Estado moderno seu componente central na manipulação autocrática das estruturas de poder (Fernandes 2015). Logo, é necessário lembrar que o Estado moderno, portanto, capitalista, é o seio no qual o fascismo se erigiu. No neofascismo ocorre o mesmo, mas em uma nova chave, reconhecendo-se com uma “força pós-moderna”<sup>9</sup>, mas que, em essência mantém seus objetivos: o “desenvolvimento com segurança”, ou seja, um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia. Essa evolução coincide com os interesses conservadores, reacionários e contrarrevolucionários de burguesias relativamente impotentes, entreguistas, que só se desenvolvem associadamente ao capital internacional e que preferem a capitulação política pelo imperialismo do que lutar pelas bandeiras tradicionais (ou “clássicas”) de um nacionalismo burguês revolucionário (Fernandes 2015).

É pertinente relembrar que, no neofascismo latino-americano, o comum é a “fascistização” das classes sociais sem uma ditadura fascista propriamente dita. Mais uma vez, volta aqui a tese de que esse fenômeno seria algo “leve”, pois os neofascismos latino-americanos não apresentam apoios sociais às restrições democráticas contabilizadas em grandes mobilizações ou em grupos sociais expressivos ou até partidos políticos institucionalizados de grande expressão eleitoral. Pelo contrário, justamente pelo fato de se apresentar dessa maneira é que essa “fascistização sem fascismo” é muito mais perigosa, pois ela dá margem à dissimulação e à ambiguidade. Gera um tipo de fascismo oculto e mascarado que fomenta a guerra civil a frio e é capaz de passar do Estado de exceção para a “normalidade constitucional” sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução. Ele não só bloqueia a “transformação democrática da ordem”, mas impede a revolução democrática, prendendo a história da América Latina a um passado que deveria estar morto e que foi ressuscitado pelas forças da modernização dependente e controlada à

<sup>8</sup> Isso justifica por que as transições políticas no neofascismo são mais fáceis nos países latino-americanos. As transições políticas, do “despotismo” para a “democracia restrita”, da “democracia restrita” para a “democracia ampliada”, ou da “democracia ampliada” para a “democracia competitiva”, são sempre solapadas, bloqueadas e postergadas. Essa análise encontra guarida na mesma compreensão entre regra-exceção anteriormente descrita. Assim, como consequência desses bloqueios, “integração nacional” e “revolução nacional” (em termos da ordem legal existente) tornam-se impossíveis (Fernandes 2015).

<sup>9</sup> Pós-moderna porque o neofascismo, quando compreendido como um movimento cultural, arregimenta o irracionalismo que penetrou nos estudos sociais advindo das revoltas de maio de 1968, na França.

distância (Fernandes, 2015).

Em virtude de todos esses “cuidados” necessários ao emprego da categoria neofascismo para compreender o fenômeno na América Latina é que certos autores, ainda na década de 1970, sugeriram abandonar o uso desse termo. Albistur (2018) resume bem o que houve nesse período quando relata a mudança no consenso sobre o caráter das ditaduras entre as décadas de 1970-1980. Termos como “ditadura fascista”, “fascismo dependente” ou “neofascismo” desapareceram da reflexão acadêmica, que optou por utilizar denominações mais gerais (Albistur 2018). Isso se deveu aos inflamados debates sobre a controvérsia do termo e pela necessidade prática de caracterizar o inimigo. Muitos dos estudiosos e a grande maioria dos líderes das forças políticas de esquerda passaram a exumar a categoria ‘fascismo’ como forma de desqualificar o inimigo mais do que de garantir uma precisão sobre o fenômeno político dos “fechamentos de regime” provocados pelo militarismo. A palavra foi rapidamente reintroduzida na linguagem cotidiana da política latino-americana; também se espalhou como fogo nas discussões acadêmicas determinadas a descobrir o novo caráter da dominação burguesa na América Latina. A partir daquele momento, marcado pelo pessimismo e pela confusão, as análises das ditaduras latino-americanas permaneceram presas a um discurso teórico construído em torno da noção de fascismo, ao qual a inegável especificidade da situação histórica e estrutural da América Latina – como região de dependência – impôs a necessidade de acrescentar prefixos ou adjetivos que flexibilizem as conotações rígidas do substantivo: começou-se a falar, então, em “neofascismo”, “fascismo dependente”, “fascismo do subdesenvolvimento”, “fascismo primário”, para citar apenas alguns dos muitos conceitos cunhados para dar conta das novas manifestações da política latino-americana (Borón, 2003). Contudo, hoje se reconhece que o termo talvez tenha sido mal-empregado, conforme veremos a seguir.

### **O debate de 1970-1980: ‘neofascismo’ ou ‘ditaduras militares clássicas’?**

No contexto das lutas contra as ditaduras militares no cenário latino-americano entre as décadas de 1970 e 1980<sup>10</sup>, dois grandes grupos de intelectuais ganharam notoriedade na cena política na tentativa de explicar o processo político latino-americano em uma perspectiva totalizante. O primeiro grupo, composto pelos intelectuais fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente Agustín Cueva, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, defendia a centralidade da categoria Dependência e o papel do imperialismo estadunidense. No outro grupo, composto por teóricos marxistas, mas que se afastavam da TMD ou questionavam em alguma medida seus pressupostos, estavam René Zavaleta, Atilio Borón e Álvaro Briones.

O primeiro argumento geral que foi colocado por todos esses autores se tratava de

<sup>10</sup> Para Sotelo-Valencia (2005), o debate sobre a existência (ou não) de um fascismo de novo tipo foi hegemonizado por duas perspectivas de neogramscianismo: uma, de esquerda, que levantou a polêmica do caráter fascista ou não fascista das ditaduras militares e da qual participaram autores como Theotônio Dos Santos, Agustín Cueva e Pío García; e a segunda, da direita, que discutiu antes o problema do Estado na perspectiva do Estado autoritário, a partir das teses do contratualista Norberto Bobbio. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Guillermo O'Donnell, Juan Carlos Portantiero ou Norbert Lechner caminharam nessa direção. Consideramos que o gramscianismo de direita que Sotelo-Valencia aponta é, de fato, uma influência muito passageira que não se situa no decorrer da obra desses autores citados. Assim, na nossa análise, recuperamos apenas os autores que fizeram parte da tradição marxista *stricto sensu*.

aceitar (ou não) a caracterização de “fascista” para as ditaduras latino-americanas. Tal caracterização implicava diretamente a tática e a estratégia de enfrentamento a tais regimes. O segundo argumento geral era aquele que se relacionava com o advento de Carter<sup>11</sup> na Casa Branca. Para os autores, estendiam-se os esforços e o almejo para a transição das ditaduras às “democracias tuteladas”, no contexto de perda de legitimidade estadunidense no plano geopolítico e das derrotas ideológicas e políticas que vinham sofrendo na Guerra Fria. Seria necessário, então, o estabelecimento de formas de governos mais flexíveis nos países aliados à estratégia imperialista do país do Norte. Por fim, o último argumento geral era sobre como a caracterização de fascista (ou não) das ditaduras na América Latina teria implicações sobre o plano das alianças políticas a serem estabelecidas pelos partidos e agrupamentos operários e revolucionários: frente ampla ou frente de classe? (Silva 2019).

Assim, para o equatoriano Agustín Cueva, os elementos essenciais do fascismo seriam os seguintes: 1) ser uma ditadura na qual predomina o setor monopolista da burguesia; 2) adquirir um caráter terrorista, produzindo uma mudança qualitativa na forma de dominação e na forma do Estado, rompendo radicalmente com as formas democrático-burguesas; 3) ser exercido fundamentalmente contra a classe trabalhadora; e 4) aparecer, conforme oportunamente apontou o líder comunista italiano Palmiro Togliatti, como “o remédio infalível onde o capitalismo passa por uma crise e teme um colapso”. Elementos cuja estrutura básica reside em um anticomunismo raivoso (Cueva 1979a:165-166; Tzeiman 2019).

Assim, Cueva iniciava sua colaboração ao tema para a América Latina retomando a contribuição leninista de Dimitrov, assinalando que a caracterização de um regime como fascista está longe de constituir uma fórmula capaz de revelar qual é a linha política concreta e correta para seguir ao enfrentamento de tais regimes. A caracterização de um governo ou Estado como fascista não encerra a análise da situação nacional. Diria Dimitrov que o fascismo adota formas diferentes em cada país, segundo as condições históricas, econômicas e sociais específicas, de modo que uma ditadura fascista poderia até mesmo manter a estrutura eleitoral da democracia liberal. Como coloca Silva (2019) *apud* Dimitrov (1972):

Em alguns países, principalmente onde o fascismo não tem uma ampla base de massas, e onde a luta entre os diferentes grupos no campo da própria burguesia fascista é bastante dura, o fascismo não decide acabar imediatamente com o parlamento e permite aos demais partidos burgueses, bem como à social-democracia, certa legalidade. Em outros países, onde a burguesia dominante teme a próxima eclosão da revolução, o fascismo estabelece seu monopólio político ilimitado, seja de repente, seja intensificando cada vez mais o terror e acertando contas com todos os partidos e grupos rivais não excluindo que, no momento em que sua situação se torna especialmente aguda, ele tenta estender sua base para combinar — sem alterar seu caráter de classe — a ditadura terrorista aberta com uma grosseira falsificação do parlamentarismo (Silva, 2019 *apud* Dimitrov 1972, p. 182-183, tradução nossa).

<sup>11</sup>Jimmy Carter: político estado-unidense do Partido Democrata, ex-presidente dos Estados Unidos (1977-1981).

Baseado nessas premissas de Dimitrov, Cueva vai elaborar uma perspectiva sobre as ditaduras militares admitindo-as como uma nova forma de fascismo (neofascismo) com caracteres próprios<sup>12</sup>, que devem ser vistos de acordo com a dinâmica do capitalismo à época: o avanço da transnacionalização das economias capitalistas imposta pelo imperialismo estadunidense na região. Assim, caberia ao neofascismo na América Latina precipitar esse processo<sup>13</sup>. Cueva ainda assinala que, antes de procurar os fatores externos do fascismo na América Latina, dever-se-ia buscar a dinâmica interna dos “elos mais fracos” do imperialismo nos momentos de crise internacional (Silva 2019). Nesse sentido, o Estado pode, nesses “elos mais fracos”, tomar determinadas formas mais avançadas e complexas, sem que se amadureçam as formas econômicas mais desenvolvidas sob a perspectiva das forças produtivas. Para Cueva, a América Latina consistiria em um desses “elos mais fracos” do capitalismo mundial nos tempos de imperialismo<sup>14</sup> (Silva 2019). Nas “zonas periféricas”, como a América Latina, onde qualquer situação de crise econômica e/ou política conduz a situações objetivas de rupturas, acentua-se a radicalidade das classes subalternas na possibilidade revolucionária. Seria assim que o terror fascista permitiria acelerar o cumprimento de determinadas tarefas econômicas “obstruídas” pelas lutas de classes, e a implementação de algumas políticas econômicas reacionárias atreladas ao capital monopólico necessitaria de uma boa dose de terror<sup>15</sup> (Silva 2019).

Cueva apontava naquele momento de 1978 que as derrotas impostas pelo fascismo na América Latina aos grupos políticos populares e/ou revolucionários conduziam a modificações na organização tática e estratégica das esquerdas, levando, também, diversos agrupamentos políticos à capitulação com as ilusões “eurocomunistas” e de “democracia como valor universal”, rejeitando as saídas de rupturas e superação revolucionárias, dentro do contexto de transições às “democracias governáveis”.

Já o brasileiro Theotônio dos Santos (1978), que também se baseia na ideia de neofascismo, divide o fascismo de novo tipo em duas vertentes: uma expansionista e outra defensiva. A primeira é o modelo clássico aplicado principalmente ao nazismo

<sup>12</sup> Nesse sentido, para introduzir a relevância da categoria fascismo, procura distinguir as implicações da adoção do marxismo como matriz analítica, com relação às consequências que a atribuição ao corpus weberiano traria. Segundo Cueva, essa escolha teórica significa rejeitar a construção de um “tipo ideal”, útil para avaliar situações que possam ter características semelhantes (Tzeiman 2019).

<sup>13</sup> Silva (2019) aponta que: “[Para] Cueva a transnacionalização não significava o “suicídio” das burguesias monopolistas locais, mas sim a possibilidade de estabelecer melhores condições relativas de extração de mais-valor” (Silva 2019:418).

<sup>14</sup> Ainda, para esse mesmo autor, o fascismo na América Latina não se vincularia a uma “burguesia burocrática” como nos casos clássicos europeus, mas, sim, a uma fração monopolista interna associada ao capital transnacional.

<sup>15</sup> Tzeiman (2019:68) cita Cueva quando este se defende dizendo que “o desenvolvimento dialético da história, determinado pela luta de classes, significa que as superestruturas “quimicamente” puras nunca ocorrem, cristalizadas de uma vez por todas. São sempre processos em que vários elementos se combinam de maneira complexa, certamente produzindo rupturas na ordem qualitativa sem as quais seria impossível até mesmo falar de diferentes formas de Estado, mas ao mesmo tempo abrindo um leque de gradações e nuances [...] entre o plano do universal-essencial e o das singularidades concretas, há também um plano intermediário, o da particularidade, que a análise materialista não pode ignorar. No caso da América Latina, essa particularidade se dá pelo fato de serem países subdesenvolvidos e dependentes, com uma economia atrasada, deformada, que ocupa uma posição sempre subordinada dentro da constelação capitalista-imperialista mundial” (Cueva, 1979a:171; grifo no original) (Tzeiman 2019).

alemão, apoiado no grande capital, onde essa burguesia, após ter esgotado todas as possibilidades, apoia o aventureirismo de movimentos calcados na pequena-burguesia e na classe média (impulsionada pela ojeriza da possibilidade de uma futura proletarização), e estabelece um regime embasado em pretensões expansionistas do seu capital, na política do terror e da ideologia irracionalista.

Santos (1978), analisando os fascismos dos anos 30, em outros países mais relativamente atrasados, como Itália, Portugal e Espanha, acredita que esses tinham tomado sua forma defensiva, através de um sistema corporativo, com o objetivo de se defenderem do capital estrangeiro e de manterem sua política colonial, tentando expandir sua indústria através da política da guerra. O fascismo em ambas as vertentes não aplica *ipsis litteris* as ideias confusas e demagógicas dos movimentos que lhe dão origem, pois ele não conseguiria sobreviver baseado apenas no irracionalismo. Desse modo, como qualquer processo político, é fruto de pragmatismo e não se diferencia essencialmente do Estado liberal, ainda que sua forma seja diferente, visando a eliminar a distinção entre sociedade civil e Estado. Na América Latina, o fascismo teria esse caráter defensivo, ou também poderia ser chamado de fascismo dependente.

Naquela conjuntura de 1977, Theotônio dos Santos (1978) não via como passageiros os regimes de direita em vigor na América Latina. Para realizar uma transição a um processo “democrático” seria necessário eliminar todos os perigos que levaram à ascensão do movimento popular no período dos anos 1950-60. Entretanto, Theotônio dos Santos não colocava a contrarrevolução, instalada desde 1964, como um tipo de neofascismo, ainda que pudesse, porventura, chegar a esse caráter. Ainda mais considerando que o fascismo poderia significar a exacerbão de uma saída bonapartista.

Ainda, Santos (1978) considera que, em termos de lógica do processo político, pode-se ter como ideia de que a grande burguesia se aproxima dos movimentos fascistas quando esses demonstram força e as classes dominantes não encontram outra saída para a crise. Assim, as classes dominantes impulsionam esses movimentos apoiados na pequena-burguesia e mudam seu caráter, sendo ocupados pelo programa alinhado aos interesses da grande burguesia, que, na América Latina, é o imperialismo associado a grupos nacionais. Dessa forma, o fascismo latino-americano somente pode ser defensivo, basicamente, para impedir a revolução popular ou programas econômicos que vão contra os interesses da aliança dos grupos associados ao capital imperialista. Em contrapartida, Ruy Mauro Marini, brasileiro radicado no México, não estava convencido do corte neofascista vivenciado no período das ditaduras militares. Apesar de filiar-se à TMD e pensar o processo de fechamento do regime em consonância com as premissas da dependência latino-americana, Marini via esse processo como uma característica dos Estados (como aparelho) na América Latina, o que ele batizou de Estado de Contrainsurgência. O Estado de Contrainsurgência é uma concepção sobre o funcionamento dos Estados latino-americanos ancorada em três aspectos: aniquilamento dos adversários, conquista de bases sociais e institucionalização da doutrina.

Na Doutrina de Contrainsurgência, o aspecto do aniquilamento político conduziria a uma luta política com enfoque militar, semelhante ao fascismo (mas que não o é!), na qual o inimigo não deveria ser apenas derrotado, mas aniquilado fisicamente. Tal Doutrina via os movimentos revolucionários e/ou insurgentes como um câncer a ser extirpado, suprimido, aniquilado. Porém, diferentemente do fascismo clássico, a Contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia

burguesa. Almeja apenas sua limitação ou suspensão enquanto a subversão não for aniquilada. Mediante a reconquista de bases sociais, deve-se marchar à fase da institucionalização, restabelecendo a democracia burguesa, após a saúde do organismo social infectado ter sido recuperada.

Marini definia o Estado de Contrainsurgência como o Estado Corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas, independentemente de o regime político ter uma forma “democrática” ou ditatorial. Desse modo, esse tipo de Estado que se desenvolveu através das ditaduras que se sucederam após 1964 com o golpe no Brasil apresentava algumas similitudes com o Estado Fascista. Porém, sua peculiaridade era resultante da essência corporativa e da estrutura de funcionamento que dali surgia. Para Marini, chamar o Estado simplesmente de fascista não fazia avançar a compreensão de suas particularidades e seu significado (Tzeiman 2019).

Em 1978, Marini ressaltava que a contrarrevolução (ao menos no Brasil) entrava em sua fase de institucionalização (terceira fase). Ou seja, já havia passado pelas fases do aniquilamento político dos adversários (torturas, mortes e expulsões da pátria), assim como já havia fundamentado sua base social de apoio, na consolidação do caráter subimperialista do Brasil. Conectado às modificações estratégicas, tanto no centro imperialista quanto na periferia do capital, Marini atentava à necessidade de legitimação de dominação estado-unidense que conduzia as ditaduras às “democracias governáveis”. Na época, sinalizava a tutela da transição por um quarto poder, exercido pelas forças armadas, perspectiva que se demonstrou correta desde a lenta e gradual transição que somente seria completada nas eleições presidenciais de 1989, que conduziram o neoliberalismo ao caráter de política de Estado.

Agora, o segundo grupo de intelectuais marxistas vai utilizar outros argumentos para pensar o caso do neofascismo na América Latina naquele período, que não passarão necessariamente sobre o tema da dependência e a relação específica com os Estados Unidos, mas cujas análises se basearam em termos mais políticos (como o colonialismo, a excepcionalidade dos regimes e os nacionalismos).

O primeiro deles, o boliviano René Zavaleta Mercado, vai traçar uma ligação entre o fascismo e a questão nacional como ponto de divergência central com os demais intelectuais supracitados. Para o autor, os regimes de exceção na Europa e na América Latina seriam o aspecto que está intimamente relacionado com a centralidade que deu à questão nacional em sua obra como um todo (Tzeiman 2019). O pensador boliviano estabelece como espinha dorsal da análise a continuidade (ou descontinuidade) entre a formação do Estado Nacional e a instauração da democracia burguesa, e entende esta última como aquele regime político que permite o “melhor” desenvolvimento da democracia capitalista. Precisamente, além da primazia do capital monopolista, é esse vínculo entre nação e democracia burguesa que estrutura sua definição de fascismo. Como o próprio Zavaleta explica em suas Notas sobre o fascismo:

Foi Hilferding quem definiu o fascismo como ‘a tentativa de organizar toda a vida social de maneira totalitária de acordo com os interesses do capital monopolista’. Mas é também um fruto característico dos países que chegaram tarde na conformação dos dados básicos de um processo capitalista e que, como consequência de tal atraso, não se instalam com solidez e facilidade no que se pode chamar de normalidade do Estado capitalista, que é a democracia burguesa. O que é decisivo, a nosso ver, é a proximidade entre

a resolução tardia da questão nacional e o aparecimento precoce do capital financeiro... (Zavaleta, 1990:3).

Vemos como a construção tardia da nação constitui, segundo o autor boliviano, um ponto de apoio fundamental para o desencadeamento de processos fascistas. Porque a forma não democrático-burguesa de conformação nacional permite a emergência de movimentos de massa consubstanciados no cumprimento, precisamente, das tarefas nacionais. É por isso que Zavaleta sustenta que o fascismo está ligado, ao mesmo tempo, às necessidades do capital monopolista (como afirmou Hilferding) e à deriva ideológica assumida pela pequena burguesia em um contexto de crise geral. Dada a inviabilidade de um projeto de Estado das classes subalternas, essas tendem a reagir nesses contextos de acordo com seus reflexos essenciais como classe (ou seja, identificando-se com a burguesia). Assim, segundo Zavaleta, o fascismo caracteriza-se por irromper, em momentos de crise, naqueles países europeus onde a construção da nação não se deu de forma revolucionária, democrático-burguesa, mas tardia e “de cima”. Aí, então, as tarefas nacionais inacabadas são assumidas pelos movimentos de massa que buscam saldar essa dívida histórica. Mas eles o fazem em contextos críticos e nos quais o desenvolvimento do capital monopolista está em condições de enterrar o capitalismo de livre concorrência e sua ideologia liberal (Tzeiman 2019).

Agora, ao analisar a relevância do conceito de neofascismo para categorizar as novas ditaduras na América Latina, o boliviano sustenta que não basta adotar modalidades fascistas em função da desorganização do movimento popular e do tipo de organização do Estado, afirmando que o fascismo está instalado. Pelo contrário, considera que a utilização dessa categoria para a nossa região pode gerar algumas dificuldades (Zavaleta 1988:207). Zavaleta afirma que essas dificuldades estão relacionadas ao fato de que a emergência de um “certo tipo de fascismo” na América Latina não nasce como um projeto nacional, não podendo ser caracterizado enquanto fascismo. Trata-se, sim, de um golpe de Estado realizado por uma minoria racista, antipopular e sob o apoio e apelo maciço do imperialismo norte-americano. Qualquer um que saiba alguma coisa sobre fascismo vai supor que a origem extranacional do projeto é algo que mina suas próprias possibilidades de integração orgânica (Tzeiman 2019).

Portanto, o cumprimento das tarefas relacionadas ao desenvolvimento “às pressas” de um capitalismo nacional que busca soberania política e posição de destaque na disputa capitalista internacional dificilmente poderia estar associado aos interesses norte-americanos e ao capital monopolista. Assim, Zavaleta faz uma distinção entre o fascismo como projeto, como movimento de massa e como estrutura de poder. Três características que, além da possibilidade da existência de um projeto fascista, não ocorreram juntas em terras latino-americanas (Tzeiman 2019).

Outro autor que destoa bastante das análises anteriores é o argentino Atilio Borón. O foco de Borón recaía na excepcionalidade que significa o fascismo enquanto forma do Estado capitalista. Assim, na tentativa de preservar a compreensão histórica do fascismo como forma de Estado capitalista de exceção (diferente de outros, como o bonapartismo ou as ditaduras militares), o autor vai admitir que o que se vivia na América Latina eram ditaduras militares clássicas sem o caráter fascista propriamente dito (por mais que fosse possível identificar algumas características nas conjunturas locais).

Ao recuperar seu ponto de vista, segundo a perspectiva dialética, Borón admite que o fascismo constitui uma forma específica de contrarrevolução burguesa (Tzeiman 2019) e que, nos países da América Latina, a constituição burguesa feita “pelo alto” não lhe dava a consistência social necessária para defender uma contrarrevolução tipicamente burguesa como nos moldes do fascismo. Ademais, do ponto de vista do regime, a repressão e o terror como características de um estado de exceção capitalista não são elementos suficientes para definir o fascismo, pois este foi constituído por certas características históricas, que, na nova modalidade de acumulação de capital no período dos anos 1970-1990 e no quadro das sociedades dependentes, não podem ser replicadas usando um critério abstrato-formal (Tzeiman 2019).

Por fim, o chileno Álvaro Briones, em um período de exílio no México, deu sua contribuição ao debate. Em um conjunto de textos publicados na Revista *Problemas del Desarrollo* e no livro *Economía y política del fascismo dependiente*, de 1978, vai dilucidar o problema da crise da economia estado-unidense em 1972 e 1973 – especialmente pelo investimento militar na guerra do Vietnã – e como suas reservas vão se esvaindo até alcançar a crise estrutural de 1974, em que a opção do imperialismo é avançar na América Latina depois da derrota no oriente, como forma de enfrentar a crise naquele período. Em virtude das lutas nacionais na América Latina e de a ofensiva imperialista forçar a transnacionalização econômica dos países dependentes, minorando ainda mais suas soberanias, o problema do nacionalismo passa a ser o caminho de compreensão do fenômeno na análise do autor. Assim, Briones (1975) afirma que:

...o nacionalismo dentro de sociedades divididas em classes antagônicas, das quais algumas representam apenas os interesses do próprio imperialismo, necessariamente causou uma divisão entre duas importantes correntes que atualmente caracterizam politicamente os países dependentes; por um lado, uma versão, fortalecida pela conjuntura internacional, do conhecido nacionalismo desenvolvimentista e populista; e, por outro, uma nova forma que, para não cair na expressão contraditória do nacionalismo pró-imperialista, preferimos chamar de *neofascismo*. (Briones 1975:28, itálica nossa)

Para Briones, a oposição desses nacionalismos, que toma a forma de uma luta interburguesa de alcance internacional, vem aumentando gradativamente na mesma medida em que se agravou a crise do sistema como um todo, e se localizava principalmente na América Latina, área caracterizada por relações estreitas e bem definidas de dependência com o imperialismo, que tinha levado o continente a ocupar um lugar preponderante como foco de tensão internacional.

Briones, mesmo dialogando fortemente com a TMD e pensando na questão da dependência latino-americana, vai dando acento em sua análise aos caracteres eminentemente autoritários na sua percepção sobre o neofascismo à época. Briones considerava que o elemento imposto pelos Estados Unidos para poder aumentar o grau do monopólio das economias dependentes latino-americanas em função da crise vai requerendo formas autoritárias e repressivas de controle social,<sup>16</sup> a fim

<sup>16</sup> Para esclarecer a posição de Briones (1975:49), ele destaca que: “O desenvolvimento do modelo

de sustentar o grande capital controlado pelo imperialismo no topo do sistema de dominação. Assim, esse autoritarismo e a acentuação da repressão têm como objetivo, por um lado, fornecer o quadro que permitisse a opressão econômica dos setores assalariados até seus extremos; e, por outro, liquidar a reação das frações burguesas deslocadas do bloco de poder, fundamentalmente, a pequena burguesia, que nessas condições, tende a radicalizar e adotar posições extremistas. Dessa forma, formava-se um regime que guarda uma semelhança fundamental com o fascismo, que deve servir como última alternativa de salvação ao capitalismo decadente. Nesse caso, trata-se de um capitalismo dependente que enfrenta o perigo iminente da insurgência popular de cunho nacionalista, que postula um modelo socialista de desenvolvimento para a América Latina.

É possível perceber que, no calor desse debate, a riqueza das análises permitia uma múltipla interpretação do momento das ditaduras militares vivenciadas na América Latina naquele período. Cueva (1979) e Santos (1978) admitiam que existia um neofascismo latino-americano como um fenômeno original da região. Fiéis a uma análise baseada na realidade latino-americana e no exercício de compreender os fatos na completude do método marxiano, os autores admitiam que existia um tipo novo de fascismo emergindo que, longe de ser o fascismo latino-americano que importa/imita grupos e formas de dominação próprias do fascismo europeu dos anos 30, apresentava-se com uma síntese própria da dinâmica da sociabilidade capitalista na região. Soma-se a esses autores Briones, que, por meio da ênfase da análise dos novos nacionalismos que emergiam na região em função da ofensiva estadunidense, justificaria o fato da emergência de novos fascismos na região, como saída imperialista ao enfrentamento da crise orgânica do capital de 1974.

Marini (1978), Zavaleta (1990) e Borón (2003) afirmavam que não existia um neofascismo latino-americano devido a diversos fatores. Marini (1978) enfatizava a questão da formação social dos Estados latino-americanos. Na sua concepção, esses Estados teriam em sua origem uma espécie de “gene da Contrainsurgência”, portanto, em crises estruturais do capital, a tendência é que esses Estados, por serem corporativos e estarem a serviço de uma burguesia monopólica, têm facilidade em transitar o regime político de formas mais “democráticas” para mais ditatoriais (e vice-versa), a depender da conjuntura externa, interna e da luta de classes, o que não seria o suficiente para caracterizar o fenômeno vivenciado como neofascismo. Já Zavaleta e Borón questionam o papel político da burguesia associada em dois termos: a) na falta de um projeto político nacionalista das burguesias nacionais latino-americanas, que, longe de deterem um caráter contrarrevolucionário protecionista, pertencem a uma verve entreguista, o que descaracterizaria a ideia de fascismo. E b) a excepcionalidade do Estado no que tange à ditadura militar vivenciada nos países latino-americanos não estaria dentro de um apoio popular típico fascista. Nesta argumentação, haveria mais reação contrária da sociedade civil às ditaduras militares – que realmente foram impostas e rechaçadas pela população – do que apoio social amplo, o que descaracterizaria, mais uma vez, a ideia de fascismo.

---

neofascista irá sempre colidir com a necessidade de definir um mecanismo de decisão quanto à especialização relativa que cada país deve optar. É aqui que surge, tendo como enquadramento a presença de regimes que internamente só podem ser sustentados pelo desenvolvimento do autoritarismo e da sua inevitável consequência militarismo, solução que parece óbvia: a força”.

## **Novas direções e limites no debate sobre o neofascismo latino-americano**

Nos anos 1990, a América Latina passou por diversos processos de transição política, saindo das desgastadas ditaduras militares em direção a processos de democratização de diversas ordens. A democracia, agora construída sob a égide neoliberal, parecia o caminho mais viável dentro de um mundo em crise. Em consonância com a queda do muro de Berlim, em 1989, e o avanço do neoliberalismo nos países de capitalismo central (EUA e Inglaterra), a crítica contumaz à experiência do “Socialismo Realmente Existente” (SOREX) vivenciado na antiga União Soviética, em conjunto com a narrativa ‘TINA’ (*There Is No Alternative*)<sup>17</sup> ao capitalismo (Boffo, Saad-Filho, fine 2019), consolidou um baque histórico para a esquerda socialista e para o marxismo. É nesse contexto que outras categorias de análise vão emergir tentando sepultar o debate sobre os ‘fascismos de novo tipo’ na América Latina.

É pertinente lembrar que a ameaça ao pensamento marxista sempre foi constante. Desde a década de 1950, nos Estados Unidos, no auge da guerra fria, palavras como marxismo, socialismo e comunismo eram arduamente censuradas nos meios acadêmicos, a ponto da ciência política estadunidense cada vez mais desprestigiar as análises de cunho integrador para valorizar o estudo do aparelho do Estado do ponto de vista das ações gerenciais sobre as políticas públicas e sua executabilidade. Além disso, vale retomar o papel pavimentador que teve o movimento de Maio de 1968 na França – com a crítica latino-americana realizada pela Revolta de Tlatelolco, de 1968, no México –, no impulso das ciências sociais em direção à perspectiva pós-moderna<sup>18</sup>. Em que pese que as diversas críticas às ciências sociais eram merecidas, em especial, no que tangia à pouca identificação dos aspectos subjetivos e na crítica aos cânones da ciência moderna (branca, machista, eurocêntrica, universalista entre outros), ainda assim, persistiu o avanço do irracionalismo, incluindo aí a narrativa da “ciência pós-moderna”, que se juntaram para redirecionar o caminho das análises sociais cada vez mais à agência e ao sujeito, minorando, ou, por vezes, desprezando o papel das estruturas sociais de largo alcance.

Diante de todos esses acontecimentos, o debate sobre o neofascismo evidentemente iria sofrer impactos profundos. O primeiro deles diz respeito à disciplinarização do estudo sobre o fascismo. Como tema, o neofascismo deveria ser objeto de historiadores e não mais do amplo corpo das ciências sociais e humanas, já que a preocupação naquele momento seria refinar “milimetricamente” o que são os grupos neofascistas e como se reconhecem (ou não) nessa identidade. Ademais, ficaria reservada à ciência política o estudo do fascismo, apenas como forma de um regime político encerrado nos anos 1930 e que pouco (ou nada mais) tem a ver com período do neoliberalismo, no qual as democracias liberais já estavam bem consolidadas em países de capitalismo

<sup>17</sup> Isso vai se reverberar nos estudos sobre o neofascismo quando autores como Savarino (2010) vão dizer que vivemos em uma sociedade em uma situação pós-ideológica, de “pensamento único” ou “pensamento fraco”, onde o “cardápio” de ideias que circulam parece escasso e decepcionante.

<sup>18</sup> Savarino (2010:44) admite que “...as interpretações do fascismo conheceram uma evolução reconhecível ao longo do tempo. Nas últimas décadas, questões como classe social (fascismo=mobilização ou revolução das classes médias), peculiaridades nacionais (fascismo=vingança de países humilhados ou ambiciosos), psicologia (f.=expressão de uma tendência autoritária) têm progressivamente perdido centralidade), a oposição política às forças da esquerda (fascismo=anticomunismo) ou a relação com o modelo econômico (fascismo=ditadura da burguesia ou fascismo=corporativismo)”. Ainda complementa: “Essa mutação deve-se muito à perda de influência do marxismo e à transição para o horizonte pós-moderno”.

central, e em consolidação nos países dependentes. Assim, só lhe restava, em terras latino-americanas, estudar a “qualidade” da democracia liberal em “reinstalação” e a estabilidade de suas instituições. Para a sociologia, especialmente a de corte positivista-institucionalista, o debate se conduziu em direção a reeditar o debate do autoritarismo (Cardoso 1975; O'Donnell 1982), fazer uso de categorias muito alargadas como o populismo, enfatizando o caráter do líder carismático e de viés coronelista-mandonista. Para a antropologia, os estudos do discurso fascista, dos microfascismos ou do fascismo do dia a dia se juntaram à identificação das práticas culturais de grupos autoidentificados como tal. Para a psicologia e a psicanálise restou discutir como se conforma a personalidade autoritária nos sujeitos e como isso está mais relacionado às emoções ou aos desejos do que à ordem social vigente.

Foi nesse vácuo teórico sobre o neofascismo como expressão da totalidade da sociabilidade capitalista – que requereria a união de diversos conhecimentos para ser explicado – que toda sorte de desqualificação sobre o pensamento crítico encontrou guarida, inclusive dentro da própria esquerda. Assim, em função das inúmeras “ocupações” que houve nesse vazio – o qual certamente poderia ser esforço de um outro texto –, vamos nos deter a três ocupações que considero como os ataques mais frequentes ao pensamento crítico sobre os neofascismos que foram elaborados nesse período: a) análises que cunham uma visão apologética do fascismo; b) abordagens socialdemocratas que tentam diferenciar ‘fascismo’ de ‘ultradireita’; e c) as comparações grosseiras sobre neofascismo e comunismo, tratando de equipará-los.

As análises que constroem uma visão apologética do fascismo tendem a encaixá-lo dentro de uma postura progressista e, por vezes, esquerdista. Essa interpretação sobre o fascismo, de caráter elogioso, que simplificadamente proclama ter encontrado méritos e êxitos nos fascismos, admite que o problema resulta no fato de que eles não deveriam ter sido desvirtuados por juízos condenatórios globais. Savarino (2010:43) cita que vários pesquisadores do fenômeno situam claramente o fascismo em “uma genealogia da esquerda (De Felice, Sternhell, Settembrini, Gregor) ou de todo o espectro político (Eugen Weber)”, levando em conta a genealogia remota do fenômeno desde a Revolução Francesa. O resultado, levando-se em conta o deslocamento para a direita ocorrido nos primeiros anos, é que o fascismo se coloca em posição central no espectro político, apresentando um caráter de “convergência”, “síntese” ou “sincretismo” com relação à diáde esquerda-direita (Savarino 2010).

Para Savarino (2010), onde o fascismo foi lido em um sentido conservador e autoritário, perdendo de vista ou interpretando mal os aspectos revolucionários, modernistas e progressistas da ideologia fascista, o fascismo pode ser visto, em geral, como resultado e resposta aos problemas socioculturais da modernidade. Uma resposta global baseada na política, geopolítica, cultura e estética, em vez de organização legal e econômica. Assim, a cultura (no sentido antropológico de Clifford Geertz) se tornaria, em sua análise, o terreno privilegiado para detectar e explorar a fenomenologia fascista.

Em uma abordagem culturalista, Savarino (2010) insiste que a propagação do fascismo na América Latina deu origem a erros persistentes de apreciação e interpretação, desde a década de 1930 até hoje. Em grande parte, isso ocorreu devido à falta de reconhecimento das condições particulares em que essa difusão ocorreu. De fato, Savarino aponta que o fascismo atravessou o oceano por meio de um “filtro” seletivo e distorcido, perdendo muitos de seus elementos progressistas, revolucionários, esquerdistas e sociais, e permanecendo com seus aspectos conservadores, autoritários e políticos e

anticomunistas. Ainda, explicita o autor, que o rótulo de “fascismo” foi aplicado ou reivindicado de forma controversa por movimentos, partidos e indivíduos que pouco ou nada tinham a ver, propriamente falando, com o fascismo. Finalmente, até a década de 1970, foram frequentes as confusões entre militarismo, populismo e fascismo. Além disso, faltaria uma distinção clara entre a influência ideológica, política e geopolítica do regime fascista italiano na América Latina. Por fim, para o autor, embora tenha desaparecido em suas formas clássicas em meados do século XX, continua existindo na forma de “neofascismo” (com diferenças e novidades importantes), e observa-se que ele continua exercendo certo fascínio nas novas gerações (por razões racionais, estéticas e emocionais) como elemento de transgressão das normas estabelecidas e como alternativa político-cultural ao “Sistema”.

Outro grupo de estudos que rebate a ideia de neofascismo tem sido aquele de abordagem socialdemocrata. Esse grupo tenta diferenciar o fascismo de um grupo de atores políticos cuja construção histórica é própria do século XXI, podendo ser chamado de “Ultradireita”, “Extrema-Direita” ou até “Nova Direita”.

A partir dessa compreensão, para Lagomarsino-Montoya e colaboradores (2021), o fascismo e a extrema direita constituem duas materialidades conceituais absolutamente diferentes. No entanto, para esses autores, a autoconfiança com que tais termos são usados é francamente colossal, e uma análise sintética deles ou de suas implicações tende a ser desprezada. Os autores argumentam que o fascismo representaria uma direita revolucionária, que mantém um regime de mobilização permanente, baseado em símbolos concretos que desafiam a imaginação do povo-nação – ou seja, as massas nas ruas. Por outro lado, a precária extrema-direita temeria o povo – além de conseguir a astúcia para enganá-lo –, além de desprezá-lo, e o prefere nas casas do que nas ruas.

Assim, para os autores, a extrema-direita é um conceito novo que ajuda a delimitar as características específicas de cada região. Por exemplo, a extrema-direita europeia mantém características como: eurocepticismo, antiglobalismo, anti-imigração, nacionalismo, protecionismo cultural, além de traços de xenofobia e racismo, com um forte componente ideológico conservador. No caso da América Latina, há elementos comuns, mas, basicamente, é um discurso menor, com baixíssima qualidade em suas abordagens e maior uso do termômetro para determinar o que as massas cansadas e alienadas querem ouvir, aborrecidas e entediadas com tanta mediocridade. O discurso da extrema-direita neste hemisfério não teria quase nada de ideológico. É uma posição oportunista que só buscara poder para aprofundar as políticas neoliberais e tornar os sujeitos mais nus e desarmados do que são hoje (Lagomarsino-Montoya; Mansilla-Sepúlveda; Estay-Sepúlveda 2021).

Por fim, existem os estudos que utilizam de comparações grosseiras para equivaler neofascismo e comunismo como se ambos tivessem a mesma intenção final. Larralde (2009), em abordagem fortemente antimarxista, qualifica como “comunismo” no mundo atual práticas políticas desprovidas de qualquer noção de progresso, divorciadas da liberdade e reduzidas a reivindicações de legitimidade baseadas em mitos. Isso, em sua opinião, torna-se simplesmente um fascismo com roupas de “esquerda”, tanto pela semelhança de seus procedimentos para concentrar o poder e dobrar seus “inimigos” quanto pelo papel central que a ideologia desempenha por essas práticas, sendo entendida em sua forma extrema como uma representação social sectária e exclusiva que substitui apreensões menos tendenciosas da realidade. No entanto, no âmbito da

proposta doutrinária original, existem diferenças importantes em relação ao fascismo que devem ser especificadas, apesar de a prática política de muitos dos partidos que se dizem herdeiros do legado marxista ter obscurecido muitas dessas distinções ao longo do tempo<sup>19</sup> (Larralde 2009).

Em uma crítica direta ao governo venezuelano de Hugo Chavez, Larralde (2009) advoga que o neofascismo é mais um “mito” da “esquerda”, que se baseia, em sua visão, em premissas consideradas, também, mitológicas sobre o mundo moderno. Assim, o autor critica elementos fundacionais do marxismo como: a) a teoria do valor-trabalho; b) o materialismo histórico como ciência da história; c) a ideia determinista de que a superestrutura política sempre responde – mesmo que apenas “em última instância”, como afirmou Nicos Poulantzas – à “base” econômica; d) a afirmação de que o ser social determina inevitavelmente a consciência social; e e) a suposição de que o socialismo se torna, pelas leis inexoráveis da história, em um estágio superior ao do capitalismo, um processo evolutivo que termina com o estabelecimento do comunismo.

Mesmo com todas as críticas realizadas e os novos rumos que os estudos sobre neofascismos tomaram a partir dos anos 1990, o conceito de fascismo continuou a ser relevante nas ciências sociais – por mais que outras interpretações de cariz conservador tenham emergido –, em particular, para o estudo da América Latina contemporânea. O neofascismo como categoria ainda é útil para caracterizar, empiricamente, um tipo de fascismo que tem sido sistematicamente negligenciado (Fernandes 2015) pelos pesquisadores das ciências sociais e humanas, e, claro, por aqueles que depositam na manutenção do capitalismo neoliberal a saída para a crise estrutural vivenciada desde 2007-2008.

Como já advertia Florestan Fernandes, em 1971, com uma impressionante capacidade de antever as tendências:

... onde quer que o estágio da revolução industrial seja atingido como uma modernização e uma transição controladas de fora (isto é, sob o capitalismo associado e dependente), a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado terão de crescer e, com elas, surgirão novas tendências de fascistização generalizada (em outras palavras, a fascistização localizada cederá lugar a uma fascistização global [...]). Finalmente, como reação de autodefesa contra a democratização, as variedades radical-populares de democracia e a revolução socialista – ainda o fantasma da “ameaça comunista”, de “novas Cubas” etc. – é possível que essa tendência adquira, muito mais cedo do que se pensa, dimensões mais ostensivas, agressivas e “dinâmicas”, com uma nova reelaboração do elemento ideológico ou organizatório e da manipulação das massas. Essas perspectivas são sombrias. Nas condições em que realizam a transição para o capitalismo

<sup>19</sup> Utilizamos aqui o exemplo de Demian Melo, que foi registrado na reportagem de Guimarães (2018) para expor o falseamento que caracteriza o discurso, os programas ou os partidos de corte fascista, igualando-os às práticas socialistas. Por exemplo, a tentativa de associar o fascismo à esquerda, lançando mão, principalmente, da existência da palavra “socialista” na sigla da agremiação partidária que elegeu Hitler, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Nas palavras de Melo: “Só vão me convencer de que era um partido socialista quando me provarem que cavalo-marinho é capaz de trotar ou que o peixe-boi é resultado de um cruzamento de uma tilápia com uma vaca”. O mesmo falseamento é usado por Larralde (2009) em seu texto.

industrial, sob o famoso tripé – burguesia nacional, Estado e multinacionais, com imperialização total de seus centros de poder e de decisões – os países latino-americanos não estão apenas diante da opção: ou “democracia pluralista” ou “socialismo”. Na verdade, tendo-se em vista o pano de fundo descrito, a emergência de um novo tipo de fascismo poderá estar articulada à transformação da “democracia pluralista” na cidadela da contrarrevolução mundial (Fernandes 2015:17).

## Bibliografía

- Albistur, G. (2018). El debate sobre el fascismo latino-americano: nociones marxistas para explicar las dictaduras. *Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericanos*. (2): 34-56. doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/8881>
- Arendt H. (2004). Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Boffo, M., Saad-Filho, A., Fine, B. (2019). Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn. *Socialist Register*. (55): 312-320.
- Borón, A. (2003). El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras em América Latina. In: *Estado, capitalismo y democracia en América Latina* (p. 39-83) Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Briones, A. (1975). El neofascismo em América Latina. *Problemas del Desarrollo: Revista Latinoamericana de Economía*. 6(23), 24-50. doi: <https://doi.org/10.22201/iiec.20078951e.1975.23.41501>
- Cardoso, F. H. (1975). *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cueva, A. (1979). *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Edicol.
- Fernandes, F. (2015). Notas sobre o fascismo na América Latina. In: *Poder e contrapoder na América Latina* (p. 33-58) São Paulo: Expressão Popular.
- Guimarães, C. (2018). Fascismo ontem e hoje. 3 ago. 2018 [citado em 16 set. 2022]. Disponível en: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/fascismo-ontem-e-hoje>
- Lagomarsino-Montoya, M., Mansilla-Sepúlveda, J., Estay-Sepúlveda, J.G. (2021). A propósito de fascismo, neoliberalismo y ultraderecha. Problemas analíticos en la “sociedad abierta”. *Estudios de Desarrollo Social: Cuba y América Latina*. 9(2): 1-25.
- Larralde, H. G. (2009). Los mitos de “izquierda” en la fundamentación del neofascismo. *Cuadernos del Cendes*. 26(72): 1-16.
- Löwy, M. (2021). Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. Instituto Humanitas Unisinos. 10 Fev. 2021 [citado em 16 set. 2022]. Disponível en: [http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-dedesgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michaelloewy?fbclid=IwARoWuPawKKRgITD2LESwBpe\\_K2FPSFvMHTPnLSAzYFoqunZbLMATR-Uj-jM](http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-dedesgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michaelloewy?fbclid=IwARoWuPawKKRgITD2LESwBpe_K2FPSFvMHTPnLSAzYFoqunZbLMATR-Uj-jM)
- Marini, R. M. (1978). Intervención en la mesa redonda “Las fuentes externas del fascismo”. *Cuadernos Políticos*. (18): 13-34.
- O'Donnell, G. (1982). Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del Estado Burocrático-Autoritario. *Desarrollo Económico*. 22(86): 231-247.
- Ribera, R. (2007). Análisis y actualidad del fascismo. *Revista Realidad*, (114): 596-619.
- Santos, T. (1978). La cuestión del fascismo en América Latina. *Cuadernos Políticos*. (18): 13-34.

- Savarino, F. (2010). Fascismo en América Latina: la perspectiva italiana (1922-1943). *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*. 14(1): 39-81.
- Silva, G. S. (2019). Fascismo e Contrainsurgência: Esboço sobre contribuições da teoria marxista da dependência em relação ao caráter dos Estados de exceção na América Latina. *Marx e o Marxismo*. 7(13): 408-429.
- Sotelo-Valencia, A. (2005). *América Latina: de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Obrera de México, Plaza y Valdés.
- Tzeiman, A. (2019). El concepto de fascismo y las dictaduras militares: Agustín Cueva y los debates de teoría política en los años setenta y ochenta. *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*. (68): 209-230.
- Zavaleta Mercado, R. (1988). *El fascismo y la América Latina. Clases sociales y conocimiento*. La Paz: Los Amigos del Libro.
- Zavaleta Mercado, R. (1990). Notas sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución. In: *El Estado en América Latina* (p. 1-17) La Paz: Los Amigos del Libro.



**Leonardo Carnut** es Profesor Asociado de la Facultad de Medicina de la Universidad de São Paulo (FMUSP) y Postdoctor en Sociología (ICSyH-BUAP, México, 2022-2024) y Salud Pública/Ciencias Sociales y Humanidades (USP). Se dedica a la educación política, estudios sobre neofascismo y salud, pensamiento económico y político y teoría política crítica en salud. Es activista antifascista de la Red de Estudios Críticos sobre Extrema Derecha, Neofascismo y Neoconservadurismo en América Latina (ReDeNNAL).